

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

1. Contexto operacional

A ATMA Participações S.A. (nova denominação de LIQ Participações S.A.) é uma sociedade anônima de capital aberto listada na Bolsa de Valores do Brasil (“B3”), classificada na categoria Novo Mercado de Governança Corporativa, com ações negociadas sob o código **ATMP3**. A sede social da Companhia está localizada na Rua Alegria, 88/96, 2º andar, Parte A, bairro Brás, na Capital do Estado de São Paulo.

A ATMA Participações S.A., (descrita adiante como “ATMA”, “controladora” ou “Companhia”) é a empresa holding de um dos maiores grupos de prestação de serviços do país nas áreas de (i) Manutenção Industrial e *Facilities*, (ii) Atendimento a Clientes (*contact center e trade marketing*) e (iii) Tecnologia da Informação.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia contava com aproximadamente 28.500 colaboradores diretos, com atuação nacional e unidades em todas as regiões do Brasil, propiciando um ambiente de trabalho favorável ao crescimento profissional e à diversidade, sendo um dos seus principais pilares a inclusão e a responsabilidade social.

O quadro a seguir apresenta as participações societárias da Companhia nas suas controladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Controladas	% Participação direta ou indireta	
	2020	2019
Liq Corp S.A.	100%	100%
Contax Argentina	100%	100%
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	-
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	-
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	-
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	-
ATMA Administração Financeira Ltda.	100%	-

Em relação à performance operacional em 2020, a Companhia reverteu o histórico de rentabilidade negativa apresentando margem bruta positiva, com melhora constante ao longo dos trimestres do ano. Essa melhora no resultado operacional ocorreu em função do crescimento de receita nos principais negócios, em conjunto com uma gestão mais eficiente nos custos e despesas, que foram reduzidos mesmo com o crescimento apresentado pela Companhia e pelos efeitos da pandemia Covid-19. Adicionalmente, a capitalização ocorrida com a integração de negócios da ETS e com a reestruturação de sua dívida financeira, a qual parte já foi convertida em ações na primeira janela de conversão, melhorou a estrutura de capital da Companhia.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Em 2021, a ATMA seguirá na expansão de seus negócios, com o crescimento esperado de sua receita e dando continuidade às iniciativas de eficiência e redução de custos iniciadas em 2020, assim como a intensificação da transformação digital em seus negócios, com ações como a recente parceria firmada com a Google. Além disso, a estrutura de capital da Companhia deverá ficar ainda mais robusta à medida que novos credores converterem debêntures em ações, conforme as janelas de conversão em março, junho, setembro e dezembro de 2021.

1.1. Integração de negócios - ETS Participações

Em 14 de outubro de 2019 o Conselho de Administração da Companhia recebeu do Fundo de Investimento em Participações Nilai - Multiestratégia ("FIP Nilai") uma proposta de integração de negócios da Companhia com a ETS Participações e Investimentos S.A. ("ETS"), a qual foi submetida à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

No âmbito da Proposta de Integração, foi estabelecido um aumento do capital social na Companhia, no montante de R\$ 250.000, com a subscrição particular pelo FIP Nilai de 20.644.095 (vinte milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil e noventa e cinco) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 12,11 (doze reais e onze centavos) por ação, a serem integralizadas à vista, mediante o aporte da totalidade das ações de emissão da ETS detidas pelo FIP Nilai ("Aumento de Capital"). O Preço de emissão foi fixado com fundamento no artigo 170, § 1.º, inciso III, da Lei 6.404/76, com base no preço médio ponderado por volume das ações da Liq no mercado nos 30 (trinta) pregões anteriores ao dia 11 de outubro de 2019 (inclusive).

O Compromisso do FIP Nilai e a eficácia do Aumento de Capital ficaram condicionados, nos termos do artigo 126 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, (i) à previa emissão de novas debêntures que contemplassem novas condições para a dívida financeira da Companhia e (ii) à aprovação da integração de negócios pelas autoridades de defesa da concorrência, nos termos previstos na Proposta de Integração ("Condições Suspensivas de Eficácia").

Em 05 de novembro de 2019 a Companhia obteve a aprovação sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), conforme Ato de Concentração nº 08700.004857/2019-31, permitindo a integração de negócios entre a Companhia e a ETS.

Em 08 de novembro de 2019 a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 250.000, mediante o aporte pelo FIP Nilai da totalidade das ações de emissão da ETS. A eficácia do aumento de capital permanecia na dependência da renegociação da dívida financeira da Companhia.

Em 30 de dezembro de 2019 a Companhia protocolou seu Plano de Recuperação Extrajudicial para Reestruturação de seu Endividamento Financeiro, conforme

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

detalhado na Nota Nº 1.3. Na mesma data, o FIP Nilai renunciou à condição suspensiva relativa à emissão de novas debêntures pela Companhia no âmbito da renegociação de sua dívida financeira.

Em 06 de Janeiro de 2020 foi efetivada a integração dos negócios da ETS na Companhia através de aumento de capital no montante de R\$ 250.000.000, com a emissão de 20.644.095 novas ações ordinárias. A partir desta data a Companhia passou a exercer o controle das operações da ETS e de suas controladas relacionadas no quadro adiante:

ETS - relação de controladas em 06 de janeiro de 2020	Segmento	% Part.
Elfe Operação e Manutenção S.A.	Manutenção Industrial	100%
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	Manutenção Industrial	100%
TMS - Trade Marketing Solutions Ltda.	Trade Marketing	100%
HTM - Trade Marketing e Serviços Eireli	Trade Marketing	100%
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	Tecnologia	100%
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	Tecnologia	100%
Avit Gestão S.A.	Gestão administrativa	100%

Apresenta-se a seguir a estrutura operacional da Companhia por empresas e linhas de negócio a partir de 06 de janeiro de 2020 com a integração das operações da ETS:



1.2. Incorporações de empresas - TMS, HTM, Avit e ETS

Com o objetivo de acelerar a captura de sinergias com as operações da ETS, bem como reduzir custos administrativos e fiscais, durante o exercício de 2020 foram realizadas as seguintes incorporações de controladas pelo valor contábil:

- Em 1º de abril de 2020 foi realizada a incorporação das controladas TMS e HTM pela **Liq Corp**, centralizando a prestação de serviços de *trade marketing* na operação de Atendimento a Clientes;

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

- Em 02 de abril de 2020, a controlada Avit foi incorporada pela **Elfe**. A Avit encontrava-se inativa e anteriormente prestava serviços de gestão administrativa à Elfe;
- Em 17 de dezembro de 2020 ocorreu a incorporação da controlada ETS pela **ATMA Participações**.

Como todas as incorporadas eram subsidiárias integrais, não houve qualquer alteração na estrutura patrimonial da Companhia.

1.3. Reestruturação do Endividamento Financeiro da Companhia

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia e sua subsidiária Liq Corp S.A. ajuizaram o Pedido de Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial da Dívida Financeira (“Pedido”) na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1000687-91.2019.8.26.0228. O Plano contemplou unicamente os credores financeiros e não envolveu seus fornecedores e seus colaboradores.

O valor total do endividamento financeiro (denominado como “Créditos Abrangidos”) era de R\$ 1.265.541.751,63 (um bilhão, duzentos e sessenta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e um mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos).

As dívidas financeiras da ETS Participações e de suas controladas não fizeram parte do Plano.

O Plano compreendeu a emissão de novas debêntures (denominadas “7ª emissão”) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representaram as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures estão assim resumidas:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Convertível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Em 14 de julho de 2020 ocorreu a homologação pelo Poder Judiciário do Plano de Recuperação Extrajudicial do endividamento financeiro da Companhia e de sua controlada Liq Corp.

Em 31 de julho de 2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1ª e 3ª, cujas condições permitem a conversão das debêntures em ações da Companhia.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Em 13 de agosto de 2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Liq Corp.

No entanto, em 14 de agosto de 2020 foi deferido pedido de efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial a pedido de um credor.

Em 27 de outubro de 2020 foi revogado o efeito suspensivo da sentença homologatória do plano de recuperação extrajudicial, voltando a vigorar os efeitos da referida sentença proferida em 14 de julho de 2020. Dessa forma, a Companhia retomou o processo da 7ª emissão de debêntures para cumprimento do plano de recuperação extrajudicial, com a conclusão da troca das dívidas em 03 de dezembro de 2020 (Nota 16).

1.4. COVID - 19

Ao final do 1º trimestre de 2020 ficou de forma clara, relevante e definitiva a nova realidade advinda do COVID-19. Nossos clientes, parceiros, fornecedores e todo nosso time de colaboradores foram e são impactados. O impacto dessa nova realidade trouxe desafios adicionais à nossa Companhia.

Na segunda quinzena de março/20, iniciou-se uma maior repercussão na atividade econômica brasileira em decorrência das medidas para contenção da disseminação da pandemia/COVID-19. Neste contexto, os resultados da Companhia foram afetados pontualmente nas linhas de serviço e/ou negócios, onde as medidas de isolamento social geraram maiores restrições à nossa logística operacional, gerando redução de operações ou reprogramação de projetos que estavam em fase de implantação.

É importante destacar que, com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, e entendimentos das esferas Estaduais e Municipais, nossas principais operações (CRM e Manutenção) foram consideradas serviços essenciais. Tal fato gerou a estabilidade necessária para que a parte principal de nossas atividades fossem mantidas, o que nos permitiu continuar e intensificar nossos serviços e dar suporte operacional aos nossos clientes.

Os ajustes à nova realidade foram pontuais e concentrados. As atividades ligadas principalmente aos setores de Varejo (principalmente no *Trade Marketing*) foram reduzidas no 2º trimestre. Em CRM, a Companhia necessitou revisar todos seus processos operacionais, investir no enquadramento às novas regras de higienização e distanciamento social dentro dos *call centers*, implantação de infraestrutura para alocação de equipes em *home office*, fortalecer os sistema de monitoramento com estrutura médica mais robusta, limpeza técnica, dentre outros.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Em Manutenção Industrial houve reprogramação de serviços, e aqueles que estavam em fase inicial de implantação foram postergados para o 2º segundo semestre de 2020 e 1º trimestre de 2021.

Adicionalmente, as despesas de pessoal da Companhia foram ajustadas de forma a refletir as novas condições operacionais decorrentes da pandemia, tais como reduções de jornada de trabalho, suspensão (*layoff*) de contratos, liberação de pessoas em grupos de risco, dentre outros.

Conforme portarias nº 139 de 2020 e nº 245 de 2020, os prazos de recolhimento de INSS das competências de março, abril e maio de 2020 foram prorrogados para o período entre agosto e novembro do mesmo ano. Também foram prorrogados os recolhimentos de FGTS dos mesmos períodos, conforme MP 927/2020. Para este último, houve a possibilidade de parcelamento a partir do mês julho de 2020 em até 6 parcelas, sem a incidência de atualização monetária, multa e demais encargos.

Em relação aos contratos de recebíveis firmados com clientes, não foram identificados riscos de perdas adicionais aos valores das provisões para perdas já reconhecidas. No entanto entre os meses de abril a junho, ocorreram renegociações pontuais com alguns clientes visando o alongamento dos prazos de vencimento. A Administração acompanha o tema com muita proximidade e acredita que o nível de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é adequado à condição de risco estimada para os clientes. Adicionalmente, também ocorreu uma sinalização da normalização do cenário de renegociações.

Os impactos financeiros da pandemia no ano de 2020 estão demonstrados a seguir:

Rubrica	Impacto	Valor (em milhões R\$)
Receita	Redução na receita projetada do período	(204) MM
Custos e despesas	Aumento devido aos ajustes no quadro de pessoal e custos com adaptação dos locais de trabalho	(50)MM
Caixa e equivalentes	Dispêndio devido ao aumento de custos	(50) MM

A Companhia mantém acompanhamento diário de suas operações e vem adotando todas as medidas e protocolos necessários para preservar a integridade e a saúde dos seus 28 mil colaboradores e reforça seu compromisso de apoiar a sociedade brasileira por meio de suas atividades essenciais, tendo certo que este momento de desafio será superado.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

2. Declaração da Administração e base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia. Foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e são comparativas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com os procedimentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), estando totalmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício de 2020 contemplam a adição dos saldos e transações da ETS Participações e Investimentos S.A. e suas controladas, enquanto as informações comparativas refletem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas no exercício de 2019 (Nota 3.1 Base de consolidação). Dessa forma, deve-se considerar a mudança do perímetro de consolidação em 2020 na avaliação das informações comparativas.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 09 de março de 2021 e afirma que, em seu julgamento, todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na sua gestão, considerando os eventos subsequentes até a referida data.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas pode resultar em ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos ou passivos em exercícios futuros. A seguir, são apresentadas as principais premissas que envolvem incertezas:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido, como regra geral,

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

através do preço de cotação em mercados ativos. Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não puder ser obtido através de mercados ativos, seu valor é determinado com base em técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas avaliações se baseiam naqueles praticados no mercado, ou, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Dessa forma, considerando a reestruturação da dívida financeira finalizada em 2020, destacamos o passivo financeiro de debêntures da 7ª emissão ocorrida em 2020 cujo valor justo apurado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 113.266 (Nota 16.1), sendo o seu valor contratual na mesma data de R\$ 1.068.781.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota 18). Provisões para riscos dessa natureza são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado, sendo provável que desembolsos sejam requeridos para liquidar a obrigação, bem como uma estimativa do valor possa ser feita com relativa segurança.

Na avaliação de probabilidade é utilizado o conjunto de evidências disponível a ser aplicado aos processos, dentre os quais a hierarquia das leis, as jurisprudências atualizadas, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

c) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros devem ser avaliados periodicamente ou caso existam indícios de redução do seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável ocorre quando o valor contábil de um ativo não financeiro ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo, deduzido os custos de venda, e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível (i) à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados, e (ii) à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”) são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL, podendo ocorrer a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitada a 30% do lucro real apurado.

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como sobre diferenças temporárias entre as bases fiscal e contábil. Os ativos e passivos de IRPJ e CSLL diferidos são classificados como não circulantes. A análise é feita individualmente por controlada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas que estejam em vigor na data do balanço.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na proporção das projeções de lucro tributável futuro e contra o qual os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias possam ser usados. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos de prejuízos fiscais para suas controlada Elfe no montante de R\$ 18.775 considerando as projeções de geração de lucro tributável futuro da controlada (Nota 15).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

3. Principais políticas e práticas contábeis

3.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre as empresas que estão no perímetro de consolidação foram eliminados, bem como eventuais lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários. A participação dos acionistas não controladores, quando houver, está destacada.

As informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.

O quadro a seguir apresenta a relação de empresas controladas direta ou indiretamente pela ATMA para os exercícios de 2020 e 2019:

Controladas	% Participação direta ou indireta	
	2020	2019
Liq Corp S.A.	100%	100%
Contax Argentina	100%	100%
ETS Participações e Investimentos S.A. (*)	100%	-
Elfe Operação e Manutenção S.A.	100%	-
TMS - Trade Marketing Solutions Ltda. (*)	100%	-
HTM - Trade Marketing e Serviços Eireli (*)	100%	-
Solvian Tecnologia e Integração Eireli	100%	-
Solviantech Desenvolvimento de Sistemas Eireli	100%	-
Metalfort Manutenção Comércio e Serviços Eireli	100%	-
Avit Gestão S.A. (*)	100%	-
Atma Administração Financeira Ltda.	100%	-

(*) Empresas extintas por incorporações de empresas em 2020. Ver Nota 1.2.

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei no 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei no 11.638/07 e Lei no 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

3.2. Classificação de ativos e passivos

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo ou passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal (até 12 meses);

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

- For mantido principalmente para negociação; ou
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que ela opera.

As demonstrações financeiras de controlada no exterior, que se encontra não operacional, são convertidas para reais, utilizando-se os seguintes critérios:

- Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;
- Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês; e
- Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados no patrimônio líquido no grupo de outros resultados abrangentes.

Contabilidade em economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidênciação em economia hiperinflacionária (IAS 29, equivalente ao CPC 42) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para a sua controlada na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido da controlada na Argentina foram atualizados pela inflação.

Os impactos resultantes de alterações no poder de compra geral foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial no montante líquido de R\$ 1.970 em 31 de dezembro de 2020 (R\$14.339 em 2019). A conversão dos saldos das subsidiárias com economia hiperinflacionária para a moeda de apresentação foi realizada pela taxa de câmbio em vigor no final do mês, para itens patrimoniais e de resultado.

3.4. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou qualquer ajuste.

3.5. Instrumentos financeiros

Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e demais recebíveis, debêntures e empréstimos, assim como contas a pagar e demais dívidas.

O reconhecimento inicial de ativos e passivos financeiros é feito apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos, sendo reconhecido pelo seu valor justo acrescido por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para instrumentos reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- **Custo amortizado:** para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

3.6. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em decorrência da natureza dos sistemas de tecnologia da informação e telecomunicações de propriedade da Companhia, as estimativas de vida útil requerem considerável julgamento e são inerentemente incertas principalmente em decorrência da rápida evolução dessas tecnologias, podendo ocorrer obsolescência prematura de tais sistemas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável do ativo imobilizado em conjunto com a análise de recuperação de ágio. Na ocorrência de indício de perda, os ativos correspondentes são submetidos ao teste de recuperabilidade através da metodologia de fluxo de caixa descontado. Por sua vez, quando identificado que o valor contábil do ativo não será recuperado, uma provisão é registrada.

3.7. Ativo intangível

Os ativos intangíveis são recursos identificáveis, sob controle da Companhia e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente quanto ao seu valor recuperável, seja individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura e marcas.

A avaliação da recuperação dos ágios é realizada anualmente e considera premissas e julgamentos divulgados na Nota Explicativa nº 10. Em 31 de dezembro de 2020 não foram identificados ajustes nos valores dos ágios registrados.

3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.9. Receita de vendas

As receitas de vendas de serviços são reconhecidas de acordo com o CPC 47 (IFRS 15) - “Receita com Contratos de Clientes”, que estabelece um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Companhia reconhece as receitas quando os serviços são prestados e efetivamente aceitos pelos seus clientes. Esses critérios são considerados atendidos quando os serviços são transferidos ao comprador.

Os custos incrementais com a implantação de novas operações são diferidos e reconhecidos no resultado pelo prazo inicial de cada novo contrato.

A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e descontos.

Os serviços são faturados e/ou estimados de acordo com a sua natureza, a saber:

- Serviços de atendimento, divididos entre:
 - (i) *Telemarketing*: receita auferida com base em tempo de conversação e/ou preço fixo por posição de atendimento (“PAs”) disponibilizada ao cliente e/ou por preço variável com base em metas acordadas com os clientes;
 - (ii) *Trade marketing*: receita reconhecida conforme preço fixo negociado na contraprestação de serviços de promoção de vendas (PDV) e demais serviços de marketing e apoio ao negócio;
- Serviços de manutenção industrial e *facilities*: receita auferida com base no nível de serviço prestado e/ou preço fixo mensal.

3.10. Tributos sobre a receita

As receitas das controladas da Companhia estão sujeitas principalmente aos seguintes tributos e alíquotas:

- PIS/COFINS: incidem sobre o faturamento bruto às alíquotas de 0,65% ou 1,65% para o PIS e 3,00% ou 7,60% para a COFINS;
- ISS: tributo de natureza municipal que incide sobre o faturamento bruto às alíquotas de 2% a 5% de acordo com a localidade onde o serviço é prestado;
- CPRB (Contribuição previdenciária sobre a receita bruta): incidência de 3,00% a 4,5% sobre a receita bruta em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a remuneração dos empregados.

3.11. Custos e despesas

Os custos e as despesas operacionais são registrados de acordo com o regime de competência e estão representados principalmente por gastos com pessoal, materiais e serviços de terceiros.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem os ganhos sobre montantes investidos em ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros. As despesas financeiras compreendem juros e atualização monetária de passivos financeiros.

3.13. Lucro (prejuízo) por ação

O cálculo do lucro básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais.

3.14. Demonstração do valor adicionado

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Assim, seguindo as normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas informações individuais e consolidadas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

3.15. Novas normas e interpretações em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2020:

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	52.544	29.078
Aplicações financeiras	1.359	28.798
	53.903	57.876

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia tem como política a alocação de disponibilidades de curto prazo em aplicações financeiras remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são concentradas em instituições financeiras de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber	222.483	186.189
(-) Ajuste a valor presente de clientes (a)	(1.256)	(4.421)
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(4.191)	(1.860)
	217.036	179.908
Circulante	193.946	133.681
Não circulante	23.090	46.227

(a) Ajuste a valor presente dos saldos em recuperação judicial do cliente "Oi". O efeito no período foi registrado em receitas financeiras (Nota 25.1).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

A composição dos valores do contas a receber por faixa de vencimento está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A faturar	107.337	60.777
A vencer	71.498	32.204
Vencidos até 30 dias	6.625	5.888
Vencidos de 31 a 60 dias	1.309	150
Vencidos de 61 a 90 dias	189	96
Vencidos de 91 a 180 dias	455	124
Vencidos acima de 180 dias (a)	33.814	82.529
(-) PECLD	(4.191)	(1.860)
	217.036	179.908

- a) Contempla o montante de R\$ 25.026 (R\$ 73.098 em 31 de dezembro de 2019) relativo aos valores a receber com o cliente “Oi”, que se encontra em recuperação judicial, cujos pagamentos são realizados em conformidade com as condições estabelecidas no plano de recuperação judicial do cliente, o qual é aplicado a todos os credores. No mês de fevereiro de 2020 ocorreu o pagamento da 2ª parcela dos valores do plano, sendo que as parcelas remanescentes estão programadas para fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022. A Companhia realizou operação financeira de antecipação da 3ª parcela em dezembro de 2020. Os pagamentos dos serviços correntes prestados ao cliente “Oi” seguem as condições comerciais usuais e são realizados mensalmente.

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A movimentação das perdas esperadas com créditos está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.860)
ETS - integração jan-2020	(2.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.191)

Contas a receber - garantias contratuais

O saldo do contas a receber da controlada Elfe apresenta um montante de R\$ 17.460 relativo às garantias contratuais de retenções ocorridas sobre os faturamentos de contratos de prestação de serviços com o cliente Petróleo

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Brasileiro S.A. - Petrobras. As retenções correspondem a até 5% do valor faturado. Esses valores têm previsão de atualização pelo INPC e serão restituídos em sua totalidade ao término de cada contrato após o cumprimento das obrigações contratuais.

6. Tributos a recuperar

6.1. Créditos fiscais

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ/CSLL a recuperar	21.529	2.458
PIS/COFINS a recuperar	6.467	549
INSS a recuperar	22.157	14.967
ISS a recuperar	7.715	34
Outros impostos	735	510
	58.603	18.518
Circulante	56.434	16.895
Não Circulante	2.169	1.623

6.2. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(214.692)	(418.985)	(226.392)	(390.090)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	72.994	142.455	76.973	132.630
Ajustes:				
Equivalência patrimonial	(47.426)	(119.097)	-	-
Efeitos tributários sobre adições (exclusões) permanentes, líquidas	-	-	(65.273)	(3.845)
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal não constituídos	(25.568)	(23.358)	-	(161.110)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	-	(3.430)	11.700	(32.325)
Corrente	-	-	-	-
Diferido	-	(3.430)	11.700	(32.325)
À alíquota efetiva de:	-	(0,82%)	5,17%	(8,29%)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

7. Outros créditos e demais ativos

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a fornecedores	9.916	5.452
Adiantamentos a empregados	500	1.902
Créditos retidos por clientes (a)	25.644	24.704
Despesas antecipadas	12.805	5.484
Outros créditos	154	-
	49.019	37.542
Circulante	16.633	15.896
Não circulante	32.386	21.646

(a) Refere-se a valores retidos por clientes para cobrir despesas processuais de ações trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Companhia, onde nossos clientes figuram no polo passivo, até que ocorra o encerramento da demanda judicial.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

8. Investimentos em controladas

8.1. Movimentação dos investimentos

Controladora	% Part.	31/12/2019	Incorporação ETS	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Equivalência patrimonial no Patr.líquido	31/12/2020
Investimento							
Liq Corp	100%	(932.655)	-	1.170.078	(97.966)	(11.170)	128.287
Elfe Manutenção	100%	-	43.841	-	-	-	43.841
Solvian Tecnologia	100%	-	(2.113)	-	-	-	(2.113)
ETS Participações	100%	-	28.639	-	(41.523)	12.884	-
		<u>(932.655)</u>	<u>70.367</u>	<u>1.170.078</u>	<u>(139.489)</u>	<u>1.714</u>	<u>170.015</u>
Ágio							
Liq Corp		74.365	-	-	-	-	74.365
Investimento total		<u>(858.290)</u>	<u>70.367</u>	<u>1.170.078</u>	<u>(139.489)</u>	<u>1.714</u>	<u>244.380</u>

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou o saldo negativo do investimento na controlada Liq Corp, líquido do ágio, no passivo não circulante na rubrica “Provisão para perda com investimentos”.

Em 30 de junho de 2020 a Companhia efetuou aporte de R\$ 1.170.078 na controlada Liq Corp decorrente de créditos detidos pela ATMA (Nota Explicativa nº 20).

As participações da Companhia nas controladas Elfe e Solvian passaram a ser diretas com a incorporação da ETS em dezembro de 2020 (Nota 1.2).

Os efeitos de equivalência patrimonial diretamente no patrimônio líquido das controladas se referem às incorporações de empresas ocorridas no período e de variação cambial sobre controlada indireta no exterior.

8.2. Informações financeiras resumidas das controladas diretas:

	31/12/2020		
	Liq Corp	Elfe	Solvian
Ativo circulante	223.377	171.631	453
Ativo não circulante	917.372	145.764	123
Passivo circulante	457.201	168.049	584
Passivo não circulante	555.261	105.505	2.105
Patrimônio líquido	128.287	43.841	(2.113)
Receita líquida	637.804	296.514	-
Prejuízo do exercício	(97.966)	(35.821)	(1.019)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

9. Imobilizado

Consolidado - 2020						
	Depreciação Taxa média ponderada a.a.	31/12/2019	ETS (Integração jan/2020)	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo:						
Terrenos		1.057	2.862	-	-	3.919
Prédios		5.537	2.021	-	-	7.558
Equipamentos de transmissão		25.660	-	747	(439)	25.968
Equipamentos de energia		43.604	-	127	(797)	42.934
Equipamentos de climatização		46.492	-	1.637	(97)	48.032
Máquinas e equipamentos		8.206	34.818	240	(10)	43.254
Informática		377.491	3.560	17	(24.002)	357.066
Veículos		-	3.594	512	-	4.106
Móveis e utensílios		135.105	1.725	747	(4.007)	133.570
Benfeitorias em bens de terceiros		305.530	2.188	14	-	307.732
Total		948.682	50.768	4.041	(29.352)	974.139
Depreciação acumulada:						
Prédios	7,14%	(3.442)	(584)	(534)	-	(4.560)
Equipamentos de transmissão	20,00%	(25.167)	-	(161)	439	(24.889)
Equipamentos de energia	6,67%	(35.290)	-	(1.167)	797	(35.660)
Equipamentos de climatização	7,69%	(37.610)	-	(1.551)	97	(39.064)
Máquinas e equipamentos	11,11%	(7.092)	(21.206)	(3.912)	10	(32.200)
Informática	25,00%	(375.268)	(2.775)	(1.581)	24.002	(355.622)
Veículos	20,00%	-	(3.575)	(5)	-	(3.580)
Móveis e utensílios	11,11%	(124.661)	(1.054)	(3.817)	4.007	(125.525)
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	(277.068)	(1.701)	(7.747)	-	(286.516)
Total		(885.598)	(30.895)	(20.475)	29.352	(907.616)
Imobilizado líquido		63.084	19.873	(16.434)	-	66.523

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Consolidado - 2019					
Depreciação Taxa média ponderada a.a.		31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Custo:					
Terrenos		1.057	-	-	1.057
Prédios		5.537	-	-	5.537
Equipamentos de transmissão		25.964	-	(304)	25.660
Equipamentos de energia		44.466	81	(943)	43.604
Equipamentos de climatização		47.391	151	(1.050)	46.492
Máquinas e equipamentos		8.231	-	(25)	8.206
Informática		454.098	278	(76.885)	377.491
Móveis e utensílios		151.977	46	(16.918)	135.105
Benfeitorias em bens de terceiros		299.829	5.701	-	305.530
Total		1.038.550	6.257	(96.125)	948.682
Depreciação acumulada:					
Prédios	7,14%	(2.907)	(535)	-	(3.442)
Equipamentos de transmissão	20,00%	(25.289)	(182)	304	(25.167)
Equipamentos de energia	6,67%	(35.008)	(1.165)	883	(35.290)
Equipamentos de climatização	7,69%	(37.001)	(1.547)	938	(37.610)
Máquinas e equipamentos	11,11%	(6.763)	(353)	24	(7.092)
Informática	25,00%	(450.165)	(2.009)	76.906	(375.268)
Móveis e utensílios	11,11%	(136.008)	(5.622)	16.969	(124.661)
Benfeitorias em bens de terceiros	10,00%	(257.236)	(19.832)	-	(277.068)
Total		(950.377)	(31.245)	96.024	(885.598)
Imobilizado líquido		88.173	(24.988)	(101)	63.084

Análise do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2020 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

10. Intangível

Consolidado - 2020						
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2019	ETS (integração jan/2020)	Adições	Combinação de negócios (nota 1.1)	31/12/2020
Custo:						
Software		646.094	4.132	173	-	650.399
Carteira de clientes		45.305	149.769	-	50.947	246.021
Ágios sobre investimentos		169.984	224.123	-	206.311	600.418
Total		861.383	378.024	173	257.258	1.496.838
Amortização acumulada:						
Software	10,00%	(509.658)	(4.130)	(30.744)	-	(544.532)
Carteiras de clientes	9,09%	(39.152)	-	(46.713)	-	(85.865)
Total		(548.810)	(4.130)	(77.457)	-	(630.397)
Intangível líquido		312.573	373.894	(77.284)	257.258	866.441

Consolidado - 2019				
	Amortização Taxa média ponderada a.a.	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Custo:				
Software		645.723	371	646.094
Carteira de clientes		45.305	-	45.305
Ágio sobre investimentos		169.984		169.984
Total		861.012	371	861.383
Amortização acumulada:				
Software	10,00%	(479.057)	(30.601)	(509.658)
Carteiras de clientes	9,09%	(34.685)	(4.467)	(39.152)
Total		(513.742)	(35.068)	(548.810)
Intangível líquido		347.270	(34.697)	312.573

Análise do valor recuperável de ativos

A análise de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, visto que o valor das projeções foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. A análise de recuperação é realizada anualmente.

O valor recuperável é determinado com base no cálculo do valor em uso em vista das projeções do fluxo de caixa a partir de estimativas financeiras aprovadas pela Administração para um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado reflete as perspectivas de manutenção da demanda dos serviços. A taxa média de desconto antes dos impostos aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 10,5%. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa da unidade para um período acima de cinco anos é de 6,9%.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

11. Direito de Uso

Direito de uso	Consolidado				
	31/12/2019	ETS (integração jan/2020)	Adições	Baixas	31/12/2020
Edificações					
Custo	304.463	4.038	33.454	(170.405)	171.550
Depreciação acumulada	(33.730)	(1.429)	(24.768)	16.574	(43.353)
Direito de uso líquido	270.733	2.609	8.686	(153.831)	128.197

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais	7.997	2.417	196.161	132.872
	7.997	2.417	196.161	132.872

Contempla principalmente fornecedores de: (i) benefícios a empregados, (ii) tecnologia da informação e (iii) manutenção de infraestrutura predial.

13. Pessoal e encargos trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Salários e honorários	33.444	21.638
Provisões de férias	59.820	42.637
Encargos sociais	95.307	21.843
Rescisões trabalhistas	2.018	18.905
Outros	4.524	4.439
	195.113	109.462

14. Tributos a recolher

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
PIS/COFINS	47.684	9.460
CPRB	45.349	7.039
ISS	19.651	3.658
Parcelamentos fiscais	116.318	70.262
Outros tributos a recolher	22.050	1.468
	251.052	91.887
Circulante	143.451	29.714
Não circulante	107.601	62.173

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Os parcelamentos fiscais foram realizados conforme previsto na legislação em vigor, em especial Leis nº 10.522/2002 (parcelamentos ordinários), nº 11.941/2009 (REFIS), nº 12.996/2014 (Reabertura do REFIS IV) e nº 13.496/2017 (PERT), os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

O quadro a seguir apresenta o cronograma de pagamento dos parcelamentos de longo prazo:

	R\$
2022	25.071
2023	23.382
2024	20.221
2026 em diante	38.927
Total não circulante	107.601

15. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo fiscal diferido	(625)	(625)	(43.616)	(75.625)
Passivo fiscal diferido	266.935	332.056	342.055	422.321
Passivo fiscal diferido, líquido	266.310	331.431	298.439	346.696

Os ativos e passivos fiscais diferidos se referem às diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal, cujo saldo líquido do passivo diferido reflete principalmente o efeito fiscal sobre o ajuste da dívida financeira ao valor justo (Nota 16.1).

O saldo consolidado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.930.258 (R\$ 1.745.009 em 31 de dezembro de 2019).

Movimentação do passivo fiscal diferido, líquido

	Controladora	Consolidado
Passivo fiscal diferido, líquido - 31.12.2019	(331.431)	(346.696)
Conversão de debêntures em ações		
efeito fiscal sobre o valor justo	65.121	65.121
Integração ETS	-	(34.111)
Combinação de negócios	-	5.547
Ativo fiscal diferido de prejuízos fiscais do exercício	-	18.775
Diferenças temporárias do exercício	-	(7.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(266.310)	(298.439)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

16. Debêntures, créditos do plano de reestruturação e empréstimos

O endividamento financeiro da Companhia e da controlada Liq Corp foi objeto de plano de recuperação extrajudicial, o qual foi protocolado em 30 de dezembro de 2019 e homologado pelo Poder Judiciário em 14 de julho de 2020 (Nota 1.3). A homologação foi suspensa em 14 de agosto de 2020 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo ocorrido a revogação da suspensão e o retorno dos efeitos da homologação em 27 de outubro de 2020.

Nos termos do plano, foram emitidas novas debêntures (7ª emissão) pela ATMA Participações S.A. com 4 séries distintas que representam as formas de pagamento escolhidas pelos credores financeiros.

As condições de cada uma das séries da 7ª Emissão de Debêntures são apresentadas no quadro adiante:

Série	Remuneração	Vencimento	Pagamento	Conversível em ações	Opção de alocação
1ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Sim	10%
2ª	CDI + 1% a.a.	15/12/2025	Trimestral, a partir de 15/03/2022	Não	10%
3ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Sim	90% ou 100%
4ª	TR + 1% a.a.	15/12/2038	Vencimento	Não	90%

Em 31 de julho de 2020 se encerrou o prazo para opção pelos credores, sendo que a totalidade optou pelas séries 1ª e 3ª, que representam a possibilidade de conversão das debêntures em ações da Companhia.

Em 13 de agosto de 2020 foi efetivado o Instrumento Particular de Escritura da 7ª emissão de debêntures da Companhia, dando início ao processo de subscrição e integralização das novas debêntures através da entrega dos títulos de dívidas anteriores da ATMA e Liq Corp.

Em 03 de dezembro de 2020 foi concluída a troca das dívidas, momento em que as dívidas financeiras incluídas no Plano foram desreconhecidas para dar lugar à nova dívida da 7ª emissão, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48 (IFRS9) Instrumentos Financeiros.

As dívidas financeiras da ETS Participações e de sua controlada direta Elfe não fizeram parte do referido plano.

O quadro a seguir apresenta a movimentação de troca das dívidas na data de conclusão em 03 de dezembro de 2020 (valores nominais em milhares de reais):

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Empresa	Dívida	Data de emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Posição em	Dação das dívidas	IRRF	Adesão (*)	Posição em
					30/11/2020				03/12/2020
ATMA	1ª Emissão - 1ª série	15/12/2011	15/08/2030	CDI + 2,50%	11.814	(10.373)	(128)	(1.312)	
ATMA	1ª Emissão - 2ª série	15/12/2011	15/08/2030	IPCA + 7,884%	6.269	(4.566)	-	(1.703)	
ATMA	2ª Emissão - 1ª série	15/08/2012	15/05/2035	CDI + 2,50%	222.987	(208.484)	(14.436)	(67)	
ATMA	3ª Emissão - série única	29/08/2014	15/08/2030	CDI + 2,50%	15.299	(13.880)	-	(1.420)	
ATMA	5ª Emissão - 1ª série	20/03/2018	15/12/2027	CDI + 2,50%	453.902	(450.408)	(1.695)	(1.798)	
ATMA	5ª Emissão - 2ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	148.580	(148.488)	(92)	-	
ATMA	5ª Emissão - 3ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	100.575	(100.575)	-	-	
ATMA	5ª Emissão - 4ª série	20/03/2018	15/08/2035	CDI + 2,50%	77.352	(77.141)	-	(211)	
ATMA	ICD - Banco do Brasil	06/12/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	98.886	(98.886)	-	-	
LIQ Corp	TCD - Santander	11/07/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	135.446	-	-	(135.446)	
ATMA	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					111.375
ATMA	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					1.001.455
ATMA	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					332
ATMA	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					6.151
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%					13.530
LIQ Corp	Créditos do Plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%					121.916
					<u>1.271.111</u>	<u>(1.112.802)</u>	<u>(16.352)</u>	<u>(141.957)</u>	<u>1.254.759</u>
Total com vencimento em 2025									125.237
Total com vencimento em 2038									1.129.522

(*) Representam os credores abrangidos pelo plano de recuperação extrajudicial que não optaram pelas novas debêntures, contudo, aplicam-se para esse grupo de credores as mesmas condições de remuneração, vencimento, pagamento e conversibilidade previstos no plano.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

16.1. Debêntures e créditos do plano de reestruturação

A composição e movimentação das debêntures no exercício de 2020 pelo valor justo está apresentada a seguir:

													Consolidado	
Plano de reestruturação														
Empresa	Emissão	Data de emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	31/12/2019	Integração	Encargos	Ajuste ao valor justo	Transferência para o plano	Desreconhecimento	Nova dívida	Conversão em ações	31/12/2020	
						ETS	Amortização	financeiros						
ATMA	1ª Emissão - 1ª série	15/12/2011	15/08/2030	CDI + 2,50%	534	-	-	465	(443)		(556)	-	-	
ATMA	1ª Emissão - 2ª série	15/12/2011	15/08/2030	IPCA + 7,884%	288	-	-	240	(252)		(276)	-	-	
ATMA	2ª Emissão - 1ª série	15/08/2012	15/05/2035	CDI + 2,50%	10.870	-	-	8.305	(7.165)		(12.010)	-	-	
ATMA	2ª Emissão - 2ª série	15/08/2012	15/12/2021	TJLP + 2,50%	19	-	-	-	-		(19)	-	-	
ATMA	3ª Emissão - série única	29/08/2014	15/08/2030	CDI + 2,50%	692	-	-	607	(578)		(721)	-	-	
ATMA	5ª Emissão - 1ª série	20/03/2018	15/12/2027	CDI + 2,50%	20.530	-	-	15.708	(14.848)		(21.390)	-	-	
ATMA	5ª Emissão - 2ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	6.664	-	-	4.378	(4.099)		(6.943)	-	-	
ATMA	5ª Emissão - 3ª série	20/03/2018	15/08/2030	CDI + 2,50%	4.510	-	-	6.451	(6.262)		(4.699)	-	-	
ATMA	5ª Emissão - 4ª série	20/03/2018	15/08/2035	CDI + 2,50%	3.470	-	-	9.101	(8.955)		(3.616)	-	-	
ATMA	ICD - Banco do Brasil	06/12/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	-	-	-	-	-	40.590	(40.590)	-	-	
LIQ Corp	TCD - Santander	11/07/2017	15/12/2027	CDI + 2,50%	-	-	-	-	-	55.649	(55.649)	-	-	
ATMA	7ª Emissão - 1ª série	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	-	-	-	236	104	-	-	71.614	(6.143)	65.811
ATMA	7ª Emissão - 3ª série	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	-	-	-	702	1.577	-	-	22.517	(4.326)	20.470
ATMA	Créditos do plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	-	-	-	1	-	-	-	213	-	214
ATMA	Créditos do plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	-	-	-	5	-	-	-	139	-	144
LIQ Corp	Créditos do plano - 2025	13/08/2020	15/12/2025	CDI + 1,00%	-	-	-	32	12	-	-	8.713	-	8.757
LIQ Corp	Créditos do plano - 2038	13/08/2020	15/12/2038	TR + 1,00%	-	-	-	99	242	-	-	2.741	-	3.082
ELFE	2ª Emissão - série única	04/10/2018	04/10/2022	IPCA + 12%	-	20.213	(9.694)	4.270	-	-	-	-	-	14.789
					47.577	20.213	(9.694)	50.600	(40.667)	96.239	(146.469)	105.936	(10.469)	113.266
Circulante					10.890									9.163
Não circulante					36.687									104.103

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Segue quadro com as informações do valor justo e o valor nominal consolidado das debêntures em 31 de dezembro de 2020, que contempla a 7ª emissão, os créditos do plano e as debêntures da controlada Elfe:

	7ª emissão e créditos do plano ATMA/Liq	Elfe	Consolidado 31/12/2020 Total
Valor justo	98.477	14.789	113.266
Valor nominal	1.053.992	14.789	1.068.781

O valor justo das debêntures é uma estimativa dos seus fluxos de pagamento descontados a valor presente pela curva de juros CDIXPré + spread de risco de crédito.

O cronograma de vencimento das debêntures e créditos do plano está apresentado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	2038	Consolidado 31/12/2020 Total
Valor justo	9.163	20.166	19.360	20.703	20.178	23.696	113.266
Valor nominal	9.163	17.225	23.199	34.798	46.398	937.998	1.068.781

Em 21 de dezembro de 2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7ª emissão em 1.210.987 ações ordinárias da Companhia, representando um aumento de capital de R\$ 201.992, líquido de IRRF, conforme quadro adiante:

Debêntures convertidas	Debêntures quantidade	Ações ordinárias emitidas	Aumento de capital (R\$ mil)
7ª Emissão - 1ª Série	9.542.051	57.296	9.557
7ª Emissão - 3ª Série	192.329.864	1.153.691	192.435
	<u>201.871.915</u>	<u>1.210.987</u>	<u>201.992</u>

Cláusulas restritivas (“Covenants”)

A escritura das debêntures da 7ª emissão da Companhia contempla a obrigação de cumprimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) que são avaliados nos trimestres encerrados em junho e dezembro, sendo a primeira avaliação para o 4º trimestre de 2020. Adicionalmente, a escritura prevê que o descumprimento somente estará caracterizado desde que os índices exigidos deixem de ser observados por 2 (duas) apurações consecutivas ou 3 (três) alternadas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Os índices previstos na escritura das debêntures da 7ª emissão são os seguintes:

Índices	Ratio
Dívida líquida / EBITDA ex-contingências	Igual ou inferior a 3,00
EBITDA ex-contingências / Despesas financeiras, líquidas	Igual ou superior a 2,00

16.2. Empréstimos e financiamentos

A composição e movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

									Consolidado
Devedor / Modalidade	Vencimento	Taxa de juros	31/12/2019	ETS (integração jan/2020)	Captações	Amortizações	Encargos financeiros	Transferências (*)	31/12/2020
ATMA									
ICD Banco do Brasil (*)	2027	CDI+2,50 a.a.	45.930	-	-	-	(5.340)	(40.590)	-
LIQ CORP									
TCD Santander (*)	2027	CDI+2,50 a.a.	61.018	-	-	-	(5.369)	(55.649)	-
ICD Société	2021	CDI+1,25 a.a.	6.858	-	-	(4.434)	573	-	2.997
ETS									
CCB Sindicalizada	2022	160% CDI	-	40.737	-	(21.418)	2.008	-	21.327
ELFE									
Progridir - Petrobrás	2022	2,19% a.m.	-	15.829	55.060	(54.269)	18.082	-	34.702
Banrisul	2020	2,25% a.m.	-	167	-	(184)	17	-	-
			113.806	56.733	55.060	(80.305)	9.971	(96.239)	59.026
Circulante			113.806						
Não circulante			-						

(*) Dívidas incluídas no Plano de Recuperação Extrajudicial executado com a emissão de debêntures da 7ª emissão (Nota 16.1).

O cronograma de vencimentos dos empréstimos está apresentado abaixo:

	Consolidado		
	2021	2022	Total
Valor justo	53.274	5.752	59.026
Valor nominal	53.274	5.752	59.026

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

17. Arrendamento mercantil

Os passivos de arrendamento correspondem aos contratos de locação de edificações utilizadas nas atividades operacionais das controladas e foram valorados pelo valor presente das parcelas vincendas. Segue quadro com a movimentação em 31 de dezembro 2020:

Consolidado							
Objeto do arrendamento	31/12/2019	ETS (integração jan/2020)	Adições	Baixas	Pagamentos	Juros incorridos	31/12/2020
Edificações	285.336	2.678	33.454	(157.537)	(38.497)	17.109	142.543
Circulante	44.375						37.927
Não Circulante	240.961						104.616

A Companhia revisou o valor presente dos passivos de arrendamento no 2º trimestre de 2020 considerando uma taxa de juros atualizada ao seu perfil, passando de 9,43% a.a. para 16,17% a.a., o que impactou em redução do passivo de arrendamento, bem como no ativo de direito de uso (Nota 11).

A seguir é apresentado o fluxo de pagamentos dos contratos de arrendamento:

Consolidado	31/12/2020
2021	37.927
2022	35.969
2023	33.862
Acima de 3 anos	139.127
	246.885
Ajuste a valor presente	(104.342)
	142.543

18. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinadas ações judiciais e administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, que incluem processos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As ações são classificadas conforme a avaliação de probabilidade de perda dos processos entre os riscos de perda “provável”, “possível” ou “remota”. A provisão é registrada para processos com probabilidade de perda provável a qual é determinada pela Administração da Companhia com base na análise de seus assessores jurídicos.

A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

processos em âmbito administrativo e judicial. O quadro a seguir apresenta a posição do contencioso e depósitos judiciais por natureza:

Natureza	Consolidado					
	Provável Com provisão		Possível Sem provisão		Depósitos judiciais	
	31.12.2020	31/12/2019	31.12.2020	31/12/2019	31.12.2020	31/12/2019
Tributários	104.482	60.781	505.831	299.341	(188.381)	(186.723)
Trabalhistas	167.529	141.287	58.518	141.070	(153.212)	(164.958)
Cíveis	2.534	1.473	4.160	63.326	(835)	(3.083)
Total	274.545	203.541	568.509	503.737	(342.428)	(354.764)

A movimentação de depósitos judiciais no exercício de 2020 é demonstrada a seguir:

Natureza	Controladora				
	31/12/2019	Adições	Baixas	Atualização monetária	31/12/2020
Tributários	16.117	-	-	385	16.502
Trabalhistas	389	30	(30)	-	389
Cíveis	102	-	-	-	102
Total	16.608	30	(30)	385	16.993

Natureza	Consolidado				
	31/12/2019	Adições	Baixas	Atualização monetária	31/12/2020
Tributários	186.723	-	-	1.658	188.381
Trabalhistas	164.958	20.238	(31.984)	-	153.212
Cíveis	3.083	677	(2.925)	-	835
Total	354.764	20.915	(34.909)	1.658	342.428

18.1. Provisão para perdas prováveis

A movimentação das provisões no exercício de 2020 é demonstrada a seguir:

Natureza	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Baixas / Reversões	Combinação de negócios	Atualização monetária	31/12/2020
Tributários	60.781	302	(76)	42.612	863	104.482
Trabalhistas	141.287	41.575	(45.955)	21.757	8.865	167.529
Cíveis	1.473	272	(1.747)	2.403	133	2.534
Total	203.541	42.149	(47.778)	66.772	9.861	274.545

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

As adições em 2020 nas provisões trabalhistas contemplam a transferência para esta rubrica do valor do Plano Especial de Execução no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (Rio de Janeiro) no montante de R\$ 17.545 (R\$18.504 em 31 de dezembro de 2019), que foi apresentado na rubrica “Demais obrigações - nota 19” em 31 de dezembro de 2019.

18.1.1 Tributários

As contingências de natureza tributária com risco provável referem-se principalmente à discussão sobre a inconstitucionalidade/ilegalidade do multiplicador FAP (Fator Acidentário de Prevenção) aplicado sobre o RAT na controlada LIQ Corp.

FAP (Fator acidentário de prevenção)

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Previdência Social do Brasil, por força de lei, instituiu o Fator Acidentário de Prevenção (“FAP”). O FAP tem como base a dicotomia “bônus - malus” e seu valor varia entre 0,5% e 2,0% sobre a alíquota do encargo previdenciário referente ao Risco Ambiental do Trabalho (“RAT”), conforme o grau de investimentos em programas de prevenção de acidentes e doenças do trabalho e proteção contra os riscos ambientais do trabalho.

A LIQ Corp está questionando judicialmente a aplicação do multiplicador FAP, considerando que há diversas ofensas à Constituição Federal do Brasil e a metodologia desenvolvida pela Previdência Social do Brasil com relação ao cálculo.

Em 11 de fevereiro de 2010 foi obtida liminar para realização de depósito judicial do montante correspondente ao multiplicador do FAP.

Em setembro de 2015 foi publicada a Resolução CNPS nº 1.327/2015 que alterou a sistemática de apuração do encargo, devendo ser considerado o multiplicador de forma individualizada por estabelecimento da empresa.

Em 25 de abril de 2017 foi publicada a Resolução CNPS nº 1.329/17 que excluiu o cômputo dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP, o que resultou há época em uma reversão no saldo da provisão no montante de R\$ 22.156.

Em setembro de 2019 foi proferida sentença indeferindo o pedido de prova pericial e julgando improcedentes os pedidos. A LIQ Corp interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento.

Em 31 de dezembro de 2020 o montante provisionado referente ao FAP é de R\$85.924 (R\$42.497 em 31 de dezembro de 2019).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Outras contingências tributárias

Refere-se principalmente a IR/CS sobre a amortização do ágio da incorporada Ability no valor de R\$18.260 (R\$18.213 em 31 de dezembro de 2019).

18.1.2 Trabalhistas

As controladas da Companhia possuem diversos processos trabalhistas onde as principais discussões estão relacionadas a (i) pedidos de equiparação salarial e de benefícios com os segmentos de atuação de nossos clientes (principalmente nos segmentos de bancos e telecomunicações), e (ii) horas extras e danos morais. Existem diversas ações estruturadas em andamento que visam a redução tanto do estoque de processos ativos como na quantidade de processos entrantes. A quantidade consolidada de processos trabalhistas ativos em 31 dezembro de 2020 é de 13.163 (15.801 em 31 dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2020, o valor consolidado das provisões trabalhistas contabilizadas é de R\$ 167.529 (R\$ 141.287 em 31 de dezembro de 2019)

Em 07 novembro de 2019 a controlada LIQ Corp obteve o deferimento de Plano Especial de Execução no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, que compreende o Estado do Rio de Janeiro. O plano estabelece que todas as demandas ajuizadas até a referida data nas comarcas daquele Estado, e cujos valores de execução sejam superiores a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) somente serão liquidados através deste plano, o qual tem prazo de vigência de 72 meses, período pelo qual a LIQ Corp depositará valores mensais em conta judicial do Tribunal para ser aplicado na execução dos processos trabalhistas. O plano garante previsibilidade financeira, centraliza a execução em foro único, bem como suspende e evita penhoras e ordens de bloqueio de crédito em face da Companhia.

A atividade operacional da LIQ Corp a expõe, por meio de ações movidas por colaboradores desligados, a contingências das quais a matéria em discussão foi recentemente regulamentada.

Em 2017 entrou em vigor a Lei nº 13.429/17, conhecida como Lei da Terceirização, regulamentando a terceirização, com previsão expressa em que afasta o vínculo de emprego entre empregados de empresas prestadoras de serviços e os seus tomadores, sendo um primeiro grande avanço para o setor de atuação da Companhia.

Até então o Brasil não dispunha de legislação específica sobre a terceirização e o Judiciário tratava as discussões sobre o tema através da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho ("TST") que autorizava a terceirização apenas de "atividade meio" das empresas. Neste cenário, a lei contribuiu de forma

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

positiva para o setor de atuação da Companhia, aumentando a segurança jurídica em torno destas discussões.

Em novembro de 2017 entrou em vigor a reforma na legislação trabalhista (Lei 13.467/17) que trouxe avanços para as relações trabalhistas e gerando maior segurança jurídica, dentre as quais privilegiando os acordos individuais e coletivos e prevendo expressamente que os órgãos públicos não poderão restringir direitos legalmente previstos, nem criar obrigações que não estejam na lei.

Em agosto de 2018, um novo marco para a regulamentação da terceirização no Brasil teve início quando o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou como lícita a terceirização de forma ampla e irrestrita, não havendo mais a antiga discussão sobre “atividade meio” e “atividade fim”, contribuindo de forma positiva ao setor de atuação da Companhia. Houve a declaração de inconstitucionalidade da Súmula 331 do TST por considerar a interpretação do judiciário trabalhista equivocada ao restringir as possibilidades de terceirização no Brasil.

Neste mesmo sentido, em outubro de 2018, o STF emitiu outro posicionamento favorável em um julgamento esperado pelo setor desde 2014, que trata da licitude da terceirização de serviços pelas companhias telefônicas para os prestadores de serviços especializados, conforme prevista na Lei Geral das Telecomunicações. A declaração de nulidade de pedido de vínculo de emprego nas ações judiciais trabalhistas passou a produzir efeitos positivos em todas as instâncias por ter repercussão geral.

O reflexo de todas as alterações na legislação trabalhista e das decisões do STF já é percebido por todas as empresas que possuem mão de obra intensiva, vez que o número de novas reclamações trabalhistas está em uma curva descendente.

18.1.3 Cíveis

A Companhia possui processos cíveis que, em sua grande maioria, envolvem discussões contratuais com provisão no montante de R\$ 2.534 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.473 em 31 de dezembro de 2019).

18.2. Contingências classificadas como perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem contingências de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível com avaliações de perda possível, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências classificadas com probabilidade de perda possível estão apresentadas a seguir:

18.2.1 Tributário e previdenciário

As controladas LIQ Corp e Elfe possuem processos que discutem a aplicação de normas tributárias que padecem de vícios de ilegalidade e de inconstitucionalidade e que, por conseguinte, embasam a exigência indevida de tributos, tais como indeferimento de compensação de saldo negativo de IRPJ e CSLL, PIS/COFINS sobre receita financeira, indeferimento de compensação com créditos de PIS/COFINS, Imposto sobre Serviços (ISS), incidência de FGTS sobre valores pagos a funcionários e Contribuição Previdenciária, que, com base na opinião dos nossos assessores jurídicos, são classificados com perda possível.

- Em dezembro de 2013, a LIQ Corp foi autuada pelo fisco Municipal por entender que o recolhimento das alíquotas de ISS aplicáveis era de 5% (*serviços de cobrança*) e não de 2% (*serviços de telemarketing*), nos períodos entre dezembro/2008 e junho/2013, no valor aproximado de R\$ 30 milhões.

Adicionalmente, a fiscalização municipal também glosou parte dos abatimentos realizados pela LIQ Corp a título de doações para incentivos culturais (benefício fiscal concedido pelo Município), sob a alegação de falta de comprovação dos depósitos efetuados em favor dos produtores das atividades incentivadas. O auto de infração foi julgado procedente e a companhia interpôs recurso voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial, inadmitido em dezembro/2016.

A companhia ajuizou a ação anulatória de débito fiscal na qual obteve tutela em setembro de 2017, determinando a suspensão da exigibilidade do crédito tributário sob análise. Em 18/11/2019 o Juiz nomeou o perito para realização da prova pericial contábil.

- Em abril de 2014, a companhia entrou com ação anulatória para cancelar autuação de FGTS sobre os pagamentos em dinheiro a título de vale-transporte. O processo teve sentença favorável em outubro de 2015, a qual foi revertida em 2ª instância no 4º trimestre de 2019, no valor aproximado de R\$ 72 milhões.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

- Em 2020, a companhia foi intimada da lavratura do auto de infração exigindo a contribuição adicional para custeio de aposentadoria especial decorrente de exposição habitual e permanente de segurados empregados ao agente nocivo ruído com relação ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, no valor aproximado de R\$ 104 milhões.

A companhia apresentou impugnação, o julgamento foi convertido em diligência em novembro de 2020.

- Em dezembro de 2020, a controlada Elfe recebeu intimação de não homologação de lançamentos efetuados em GFIPs a título de desoneração da folha, em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal (“CPP”) incidente sobre a folha de salários à alíquota de 20%, no período incorrido entre jan/2016 a jul/2018, no valor aproximado de R\$ 65 milhões.

Apresentada manifestação de inconformidade no prazo legal, que aguarda julgamento.

RAT (Risco ambiental do trabalho)

A contribuição previdenciária sobre o RAT, incidente sobre a folha de salários, pode ser calculada com base em três diferentes alíquotas (1%, 2% ou 3%) correspondentes a cada tipo de risco (baixo, médio e grave, respectivamente), devendo ser aplicada a alíquota que reflete o risco de acidente ou doença do trabalho a que são expostos os empregados de uma dada empresa, tendo em vista a atividade econômica por ela desenvolvida.

Na aplicação da alíquota, além de levar em consideração a atividade econômica desenvolvida, a pessoa jurídica deve se pautar nos riscos efetivos a que estão expostos seus empregados, os quais podem ser aferidos pelos laudos e relatórios técnicos de riscos (PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais).

A Companhia vinha adotando alíquota que não refletia o risco efetivo de seus empregados, recolhendo o tributo a maior. A partir da competência abril/2017, a Companhia retificou o seu enquadramento, passando a aplicar a alíquota que concretamente refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, recuperando, assim, valores recolhidos a maior a tal título.

Amparada por seus assessores jurídicos e respaldada por opiniões técnicas de especialistas renomados no mercado, a Companhia retificou o seu enquadramento em 2017 e 2018, passando a aplicar a alíquota que refletia o risco ambiental do trabalho ao qual seus empregados estavam expostos, requerendo, assim, valores recolhidos a maior a tal título.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Em março de 2019, considerando os argumentos acima, a Companhia ajuizou ação judicial requerendo a aplicação a alíquota de 1% para o RAT somente a partir da data de ajuizamento da ação. A liminar foi deferida suspendendo a exigibilidade do RAT no que exceder à alíquota de 1%. A União interpôs agravo de instrumento contra a liminar, e em 06/06/2019 o tribunal atribuiu efeito suspensivo ao agravo, suspendendo os efeitos da liminar anteriormente concedida. A Companhia recorreu da decisão e aguarda o julgamento desse recurso contra a decisão que suspendeu a liminar.

18.2.2 Trabalhista

A Companhia é parte em processos trabalhistas de ex-colaboradores que montam R\$ 40.668 com avaliação de perda possível, o qual foi mensurado com base no histórico de êxito médio e improcedências dos últimos 36 meses. Adicionalmente, existem ações judiciais movidas por entidades sindicais e órgãos públicos que, na opinião de nossos assessores legais, também são classificadas como perda possível, totalizando R\$ 17.849.

Sendo assim, os valores de perda possível somam o montante de R\$ 58.518, em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 141.070 em 31 de dezembro de 2019).

18.2.3 Cível

A Companhia é parte em processos com fornecedores que discutem o cumprimento de obrigações contratuais. Na avaliação de nossos assessores legais, estas demandas são de perda possível.

O saldo em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 4.160 (R\$ 63.326 em 31 de dezembro de 2019).

19 Demais obrigações

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de clientes (a)	58.526	84.008
Outras obrigações	1.590	19.668
	60.116	103.676
Circulante	18.323	16.467
Não circulante	41.793	87.209

(a) Adiantamentos recebidos de clientes para a prestação de serviços futuros contratados.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

20 Transações e saldos com Partes Relacionadas

Todos os valores e demais condições das transações entre as partes relacionadas são determinados por acordos entre elas.

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações podem ser contraídos entre partes relacionadas oriundos de serviços prestados, transferência de recursos financeiros de forma onerosa etc. Tais direitos e obrigações são necessariamente pactuados em condições acordadas entre as partes e formalizadas em contratos.

Todos os direitos entre controladora e controladas foram divulgados, assim como da Companhia e suas controladas com partes relacionadas não consolidadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os saldos com partes relacionadas são apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo não circulante					
Liq Corp S.A.	Debêntures (a)	-	1.169.965	-	-
Passivo circulante					
Liq Corp S.A.	Mútuo (b)	44.359	39.639	-	-
Cotistas FIP Nilai	Mútuo (c)	-	-	2.022	-
Passivo não circulante					
Elfe	(d)	106.811	-	-	-

- a) Em 30 de junho de 2020 a Companhia efetuou aporte de capital na controlada Liq Corp decorrente de créditos detidos pela ATMA (Nota 8);
- b) Valores relativos ao contrato de mútuo para cobertura dos gastos da Holding;
- c) Saldo referente à (i) contrato de mútuo realizado em 03 de maio de 2019 com a empresa Elfe, com remuneração a 130% do CDI, e prazo de pagamento até 31/12/2019 (R\$1.517) e (ii) indenização a liquidar (R\$300);
- d) Valor oriundo da incorporação da ETS pela ATMA.

20.1 Avais concedidos

Em 31 de dezembro de 2020 não há avais concedidos em nome de partes relacionadas.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

20.2 Remuneração dos administradores (conselheiros de Administração e diretores estatutários)

O total da despesa com remuneração e benefícios à Administração é apresentado a seguir para o exercício findo em 31 de dezembro:

	2020	2019
Salários/Honorários	4.235	8.842
Encargos (INSS)	331	663
Benefícios	472	524
	<u>5.038</u>	<u>10.029</u>

O valor da remuneração total da Administração foi de R\$ 5.038, sendo o montante máximo aprovado de R\$ 6.670, conforme aprovações das Assembleias Gerais Extraordinárias de 09 de março, 30 de abril e 07 de dezembro, todas de 2020.

A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 1.072.808 (R\$ 620.815 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 24.669.930 ações ordinárias (2.814.848 em 31 de dezembro de 2019), escriturais e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o montante de R\$2.400.000, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão.

Ao detentor de cada ação ordinária é conferido o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas da Companhia. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias, conforme previsto em seu estatuto social.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

21.2 Aumento de Capital

Em 06 de janeiro de 2020 foi efetivado o aumento de capital de R\$ 250.000, com a emissão de 20.644.095 ações ordinárias, em virtude da integração dos negócios da ETS Participações S.A. (Nota 1.1).

Em 21 de dezembro de 2020 ocorreu a conversão de 201.871.915 debêntures da 7ª emissão em ações da Companhia, gerando um aumento de capital de R\$ 201.992 com a emissão de 1.210.987 ações ordinárias (Nota 16.1).

21.3 Ações - composição e movimentação

O quadro a seguir apresenta a quantidade de ações e os detentores de ações ordinárias da Companhia com participação relevante em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
FIP Nilai (Nota 21.2)	19.337.299	78,38	-	-
Aristos FIMCP (*)	-	-	1.176.773	41,80
Demais acionistas	5.330.427	21,61	1.635.871	58,12
Total de ações ordinárias em circulação	24.667.726	99,99	2.812.644	99,92
Ações em tesouraria	2.204	0,01	2.204	0,08
Total de ações ordinárias	24.669.930	100%	2.814.848	100%

(*) Participação do acionista em 2020 não enquadrada como participação relevante.

Movimentação de ações em circulação

	Quantidade de ações	
	2020	2019
Ações ordinárias em circulação em 1º de janeiro	2.812.644	15.661.526
Aumento de capital - integração da ETS	20.644.095	-
Aumento de capital - conversão de debêntures	1.210.987	68.717.790
Grupamento de ações - 30:1	-	(81.566.672)
Ações ordinárias em circulação em 31 de dezembro	24.667.726	2.812.644

Em 1º de julho de 2020 a Companhia obteve aprovação da Bolsa de Valores B3 para Tratamento Excepcional quanto ao percentual mínimo de ações em circulação (“*free float*”). O prazo para recomposição do *free float* mínimo de 25% foi estabelecido para até agosto/2021.

21.4 Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação:

(i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dela, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social; (ii) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o item anterior e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório a todos os seus acionistas; e (iii) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, respeitada a reserva de lucros a realizar, será levada à reserva para investimentos, destinada a assegurar a realização de investimentos de interesse da companhia, bem como para reforçar seu capital de giro, a qual não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, o valor do capital social.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020 no **passivo não circulante** no valor de R\$ 13.198 se refere ao saldo remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015 e que foram suspensos pela Assembleias Gerais da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de dezembro de 2016 devido à modificação substancial da situação financeira da Companhia desde a data de sua declaração.

Dividendos - procedimento arbitral

Em 02 de fevereiro de 2017 houve a instalação de procedimento arbitral por parte de determinados ex-acionistas que reclamaram o recebimento dos dividendos mínimos obrigatórios declarados na Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 30 de abril de 2015, cujos pagamentos foram suspensos pelas Assembleias de Acionistas da Companhia de 29 de dezembro de 2015 e 19 de novembro de 2016. Em 21 de novembro de 2019 foi proferida sentença procedente a esse grupo de ex-acionistas reconhecendo o direito aos dividendos. A ação de cumprimento de sentença arbitral foi distribuída em dezembro de 2019 perante a 20ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia firmou acordo judicial no âmbito da ação de cumprimento de sentença arbitral com o referido grupo de ex-acionistas. O saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 9.494 está apresentado no **passivo circulante**.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

22 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2020	2019
Receita operacional bruta	1.077.222	958.938
Tributos sobre as receitas		
Pis/Cofins	(56.355)	(37.964)
CPRB	(36.251)	(28.935)
ISS	(33.305)	(29.119)
ICMS	(702)	-
Abatimentos da receita	(5.836)	(149)
Receita operacional líquida	944.773	862.771

23 Custos e despesas por natureza

A Companhia apresenta sua demonstração do resultado utilizando a classificação dos custos e das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza desses custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

23.1 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2020	2019
Salários, encargos e benefícios	(751.389)	(709.149)
Infraestrutura e serviços	(110.887)	(227.546)
Materiais	(15.408)	(4.012)
Depreciação e amortização	(50.018)	(69.321)
	(927.702)	(1.010.028)

23.2 Despesas Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários, encargos e benefícios	(1.896)	(4.353)	(40.168)	(41.650)
Serviços de terceiros	(271)	(4.432)	(40.258)	(41.683)
Materiais	-	-	(446)	(70)
Depreciação e amortização	(40)	(40)	(25.964)	(30.722)
	(2.207)	(8.825)	(106.836)	(114.125)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

24 Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Despesas recuperadas	-	156	15.965	30.226
Venda de imobilizado	-	-	4.243	1.691
Outras	-	-	498	9.596
			20.706	41.513
	-	156		
Despesas				
Contencioso judicial, líquido de provisões e reversões	1.035	(454)	(41.490)	8.168
Reversão (baixa) de depósitos judiciais	-	-	10.383	(43.755)
Amortização intangível carteira de clientes	(28.095)	-	(46.713)	-
Custo de imobilizado baixado	-	-	-	(103)
Outras	(324)	(159)	(924)	(1.521)
	(27.384)	(613)	(78.744)	(37.211)
	(27.384)	(457)	(58.038)	4.302

25 Receitas (despesas) financeiras líquidas

25.1 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	-	153	189	1.785
Juros e atualizações sobre outros ativos	383	927	10.220	7.840
Outras receitas financeiras	-	-	-	5.148
	383	1.080	10.409	14.773

25.2 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures (Nota 16)	(50.813)	(58.247)	(55.213)	(58.247)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	5.454	(11.261)	30.055	(27.765)
Juros e atualização de contingências (Nota 18)	(127)	(101)	(4.688)	(1.715)
Juros sobre arrendamento mercantil (Nota 17)	-	-	(17.109)	(32.329)
Juros e variações monetárias e cambial	(124)	(1.237)	(35.964)	(34.139)
Resultado com instrumentos financeiros	-	9.665	-	9.665
Outras despesas financeiras, líquidas	(385)	684	(6.079)	(3.253)
	(45.995)	(60.497)	(88.998)	(147.783)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

26 Resultado por ação

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do período	(214.692)	(422.415)
Número médio ponderado de ações		
Básico	23.456.739	1.821.940
Diluído	23.456.739	4.075.297
Prejuízo por ação:		
Básico	(9,1527)	(231,8490)
Diluído	(9,1527)	(103,6526)

27 Informação por segmento

Resultados por segmentos de negócios Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	Atendimento a clientes	Manutenção	Total
Receitas			
Receita operacional bruta	714.052	361.381	1.075.433
Tributos e deduções sobre as receitas	(67.404)	(64.867)	(132.271)
Receita operacional líquida	646.648	296.514	943.162
Custos			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(512.773)	(232.619)	(745.392)
Infraestrutura e serviços	(72.151)	(39.903)	(112.054)
Materiais	(3.119)	(16.504)	(19.623)
Depreciação e amortização	(46.147)	(4.081)	(50.228)
Total dos custos	(634.190)	(293.107)	(927.297)
Despesas			
Salários, encargos e benefícios a empregados	(23.260)	(14.913)	(38.173)
Serviços de terceiros	(28.550)	(11.534)	(40.084)
Materiais	(31)	(452)	(483)
Depreciação e amortização	(24.926)	(997)	(25.923)
Total das despesas	(76.767)	(27.896)	(104.663)
Resultado operacional	(64.309)	(24.489)	(88.798)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	11	11
Depósitos judiciais	16.993	16.993	16.608	16.608
Partes relacionadas	-	-	1.169.965	1.169.965
Passivos				
Fornecedores	(7.997)	(7.997)	(2.417)	(2.417)
Debêntures	(86.639)	(86.639)	(47.577)	(47.577)
Empréstimos e financiamentos	(21.327)	(21.327)	(45.930)	(45.930)
Partes relacionadas	(151.171)	(151.171)	(39.639)	(39.639)
	(250.141)	(250.141)	1.051.021	1.051.021

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	53.903	53.903	57.876	57.876
Contas a receber	217.036	217.036	179.908	179.908
Depósitos judiciais	342.428	342.428	354.764	354.764
Passivos				
Fornecedores	(196.161)	(196.161)	(132.872)	(132.872)
Debêntures	(113.266)	(113.266)	(47.577)	(47.577)
Empréstimos e financiamentos	(59.026)	(59.026)	(113.806)	(113.806)
Arrendamento mercantil	(142.543)	(142.543)	(285.336)	(285.336)
	102.371	102.371	12.957	12.957

28.1 Administração do risco de liquidez

A Companhia executou o plano de reestruturação da dívida com o objetivo de adequar o nível de endividamento e diminuir a alavancagem financeira de forma a aumentar sua capacidade de honrar seus compromissos e obrigações. Como diretriz, o endividamento bruto deve estar concentrado no longo prazo.

28.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras.

O risco de crédito relacionado as contas a receber ocorre por conta de perda esperada com créditos, sendo monitorado ativamente por equipe dedicada.

A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições normais de mercado e risco. A Administração não antecipa o descumprimento dos acordos pelas contrapartes e, portanto, não vem exigindo garantias colaterais.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

O risco de crédito de depósitos à vista e aplicações financeiras está limitado às contrapartes. A Companhia possui política vigente estabelecendo que este tipo de operação somente será contratada junto a instituições financeiras de primeira linha.

28.3 Administração do risco cambial

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira se referem à subsidiária na Argentina, em situação não-operacional, cujos efeitos cambiais são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
	Exposição total (em reais mil)	
Caixa e equivalentes de caixa	6	38
Mútuo	17.478	13.103
Fornecedores	(104)	(36)
Outros ativos e passivos, líquidos	(855)	(771)
	<u>16.525</u>	<u>12.334</u>
 Exposição cambial em moeda estrangeira (em US\$ mil)	 <u>3.180</u>	 <u>3.061</u>

O quadro adiante apresenta análise de sensibilidade considerando uma desvalorização do Peso (ARS) vs Dólar (USD) superior à desvalorização do Real vs Dólar (USD):

	Exposição em R\$
Valor contábil	16.525
Efeito da queda do Peso (ARS): 25%	(4.131)
Efeito da queda do Peso (ARS): 50%	(8.262)

28.4 Administração do risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as estimativas baseadas em projeções macroeconômicas divulgadas no Relatório Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 31 de dezembro de 2020. Tais estimativas indicam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada a.a. cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	2,85%
Índice de Preços ao Consumidor Amplo - "IPCA"	3,0% a 4,0%
Taxa de Juros de Longo Prazo - "TLP"	4,4% a 5,4%

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Controladora						
31/12/2020						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Debêntures	(86.639)	Aumento CDI	2,85%	(89.108)	(89.726)	(90.343)
Empréstimos	(21.327)	Aumento CDI	2,85%	(21.935)	(22.087)	(22.239)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(3.077)	(3.847)	(4.616)
Consolidado						
31/12/2020						
Instrumentos	Valor contábil	Risco	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	1.358	Queda CDI	2,85%	1.320	1.310	1.300
Empréstimos	(59.026)	Aumento CDI	2,85%	(60.708)	(61.129)	(61.549)
Debêntures	(113.266)	Aumento CDI	2,85%	(116.493)	(117.302)	(118.108)
Impacto sobre as receitas/ despesas financeiras líquidas				(4.947)	(6.187)	(7.423)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

28.5 Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

Controladora						
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	11	-	11
Depósitos judiciais	16.993	-	16.993	16.608	-	16.608
Partes relacionadas	-	-	-	1.169.965	-	1.169.965
Passivos						
Fornecedores	(7.997)	-	(7.997)	(2.417)	-	(2.417)
Debêntures	-	(86.639)	(86.639)	-	(47.577)	(47.577)
Empréstimos e financiamentos	(21.327)	-	(21.327)	(45.930)	-	(45.930)
Partes relacionadas	(151.171)	-	(151.171)	(39.639)	-	(39.639)
	<u>(163.502)</u>	<u>(86.639)</u>	<u>(250.141)</u>	<u>1.098.598</u>	<u>(47.577)</u>	<u>1.051.021</u>
Consolidado						
	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	53.903	-	53.903	57.876	-	57.876
Contas a receber	217.036	-	217.036	179.908	-	179.908
Depósitos judiciais	342.428	-	342.428	354.764	-	354.764
Passivos						
Fornecedores	(196.161)	-	(196.161)	(132.872)	-	(132.872)
Debêntures	(14.789)	(98.477)	(113.266)	-	(47.577)	(47.577)
Empréstimos e financiamentos	(59.026)	-	(59.026)	(113.806)	-	(113.806)
Arrendamento mercantil	(142.543)	-	(142.543)	(285.336)	-	(285.336)
	<u>190.465</u>	<u>(98.477)</u>	<u>102.371</u>	<u>60.534</u>	<u>(47.577)</u>	<u>12.957</u>

28.6 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia avalia seus ativos e passivos financeiros a valor justo com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização previstos na Deliberação CVM no 699/12, que envolve os seguintes aspectos:

- O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- Hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem técnicas de avaliação adotadas pela Companhia.

Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** – preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e
- **Nível 3** – instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis.

Com base nessa conceituação, o valor justo das debêntures foi definido através do cálculo de fluxos de caixa descontados, considerando taxas referenciais da B3 de swap Pré x CDI e de Pré x TR, sendo classificado na categoria nível 2.

29 Cobertura de Seguros (Não auditado)

A Companhia possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar seus efeitos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Companhia. As necessidades de cobertura da Companhia são revisadas periodicamente.

As coberturas de seguros da Companhia vigentes em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro abaixo:

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Valores expressos em milhares de Reais - R\$ mil

Natureza das coberturas	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil de diretores e administradores	160.000
Patrimonial	260.795
Responsabilidade civil geral	82.941

Diretoria Executiva

André Felipe Rosado França	Diretor Presidente
Luciano Bressan	Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Conselho de Administração

Gustavo Fleichman	Presidente
Mauro Antonio Cerchiari	Vice-Presidente
Márcio Adolpho Girão Barros Quixadá	Conselheiro
Fernando Perez Ruiz	Conselheiro
André Felipe Rosado França	Conselheiro

Conselho Fiscal

Marcelo Yugue	Presidente
José Armando Lins Ferreira	Conselheiro
Raphael Muller Gonçalves dos Santos	Conselheiro

Adalberto Ribeiro da Silva
Gerente Contábil
Contador - CRC SP - 175304/O-0

* * *